

ARTIGO

Inclusão escolar e jogos cooperativos: uma possibilidade de atuação do psicólogo escolar no processo de socialização e integração

Graciele Seleguim Nascimento¹

Kelly Cristina de Moura Scapim²

Cláudia Alexandra Bolela Silveira³

Universidade de Franca, Franca, SP

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre a integração de alunos de inclusão escolar por meio de jogos cooperativos, abrindo possibilidades para a atuação do psicólogo escolar com grupos neste contexto, embasado em uma experiência no Estágio de Psicologia Escolar e Social Comunitária. A pesquisa constituiu um estudo de caso realizado com um grupo de crianças da segunda série de uma Escola Municipal de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, sala esta que recebeu alunos de inclusão. Foram utilizados diários de campo e registros dos encontros semanais. Os dados foram analisados qualitativamente a partir de referenciais teóricos sobre jogos cooperativos. Os resultados evidenciaram a importância do uso dos jogos cooperativos como estratégia no trabalho do psicólogo escolar com grupos no processo de socialização e integração das crianças.

Palavras-chave: Grupos; Jogos cooperativos; Inclusão; Socialização; Integração.

School inclusion, and cooperative games: a possible role of the school psychologist in the socialization process and integration

ABSTRACT

This article aims to present a study on the integration of students in a school inclusion program through cooperative games, opening up possibilities for the school psychologist to work with groups in this context, based on an internship experience in School Psychology and Social Community. The research was a case study with a second-grade group of children from a local school in the state of São Paulo that welcomed students of inclusion. We used field logbooks and records of weekly meetings. Data were analyzed qualitatively from theoretical frameworks

on cooperative games. The results evinced the importance of using cooperative games as a strategy in school psychology work with groups in socialization process and children integration.

Keywords: Groups; Cooperative games; Inclusion; Socialization; Integration.

Inclusión escolar y juegos cooperativos: un posible papel del psicólogo escolar en el proceso de socialización e integración

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar un estudio sobre la integración de la adaptación escolar de los estudiantes por medio de juegos cooperativos, abriendo la posibilidad para trabajar con grupos de psicólogos de la escuela en este contexto, sobre la base de una experiencia de prácticas en psicología escolar y social de la comunidad. La investigación fue un estudio de caso con un grupo de niños de segundo grado de una escuela local de una ciudad en la provincia de São Paulo, esta aula que recibió alumnos de adaptación escolar. Hemos utilizado los diarios de campo y los registros de las reuniones semanales. Los datos fueron analizados cualitativamente a partir de los marcos teóricos de los juegos cooperativos. Los resultados mostraron la importancia de la utilización de los juegos cooperativos como estrategia en el trabajo del psicólogo escolar con los grupos en el proceso de socialización e integración de los niños.

Palabras clave: Grupos; Juegos cooperativos; Adaptación; Socialización; Integración.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar constitui uma temática atual na área da Educação que consiste em um desafio significativo para todos os profissionais atuantes na área. Para que essa inclusão realmente aconteça, é preciso proporcionar condições ao aluno com necessidades educativas especiais de participar das atividades oferecidas pelas classes regulares.

Para auxiliar no processo de inclusão do aluno com deficiência, cabe ao psicólogo conhecer e compreender a dinâmica das relações no ambiente escolar inclusivo. Os jogos cooperativos, neste contexto, tornam-se importantes instrumentos com o intuito de evidenciar, inicialmente, as diferentes maneiras de o grupo se relacionar e posteriormente estimular a convivência e concretizar, através das vivências proporcionadas pelos jogos, a socialização e integração dos alunos.

Este artigo consiste em um estudo de caso com o objetivo de compreender o processo de integração e socialização dos alunos, buscando a importância da atuação do psicólogo com grupos no contexto escolar e utilizando como ferramenta os jogos cooperativos.

INCLUSÃO ESCOLAR

A Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) estão entre os principais documentos mundiais que têm como objetivo, segundo Sant'Ana (2003 apud TESSARO et al., 2005), garantir o atendimento das necessidades de aprendizagem de todas as crianças e proporcionar a inserção da educação especial dentro da estrutura ampla da educação.

A Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990, artigo 3, parágrafo 5, p. 4) afirma que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

A Declaração de Salamanca (1994) proclama que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Proclama ainda que escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituam os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos.

Com relação às escolas inclusivas, a Declaração de Salamanca (1994) afirma que o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devam aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

A escola inclusiva direciona uma nova forma de concepção curricular, sendo que apenas adaptações para as acomodações de seus alunos com necessidades especiais não são suficientes para um bom nível de educação, pois há uma grande diversidade de alunos, incluindo vários estilos e ritmos de aprendizagem que, conforme Glat e Pletsch, (2004, p. 3),

“os professores especializados, por sua vez, vêm construindo sua competência com base no conhecimento das dificuldades específicas do alunado que atendem, dando ênfase à diminuição ou compensação dos efeitos de suas deficiências”.

A escola inclusiva, segundo Porter (1994 apud JESUS; MARTIN, 2004), é um sistema de educação e ensino no qual os alunos com necessidades educativas especiais, incluindo os alunos com deficiência, são educados em ambientes de salas de aula regulares, apropriadas para a sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais.

De acordo com Maciel (2000), a criança com deficiência, ao ingressar na escola regular, terá que se integrar e participar obrigatoriamente de três estruturas distintas da dinâmica escolar: o ambiente de aprendizagem; a integração professor-aluno; e a interação aluno-aluno.

Maciel (2000) ainda coloca que a inclusão escolar só terá início a partir da análise e adequação destas estruturas e do levantamento de alternativas que favoreçam o desenvolvimento dos alunos em geral e daqueles com necessidades educativas especiais, em particular.

Mesmo quando o sistema educacional é criticado, há uma idéia subjacente de que a inclusão será a responsável pela transformação de todo o sistema escolar.

Nesse caso, [...] perde-se de vista que manter um indivíduo significativamente diferente dentro de um contexto que sequer acolhe as pequenas diferenças, que estimula a massificação, pode, pelo contrário, contribuir para que este se sinta inadaptado e confirme a sua imagem de inadequação social, alimentando, ainda mais, as práticas discriminatórias, que num temerário ciclo vicioso levaria novamente à exclusão. (EMÍLIO, 2008, p. 48)

Nesse sentido, a atuação do psicólogo escolar deve buscar novas atitudes em relação à diversidade humana na relação aluno-aluno, sendo necessário trabalhar o olhar do outro perante os alunos com deficiência.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR E OS JOGOS COOPERATIVOS

A atuação do psicólogo na escola, segundo Borges (2005), deve estar voltada para os processos de aprendizagem dos alunos ao propiciar espaços de escuta, acolhendo suas demandas, tanto individuais quanto das turmas como um todo. Procura, também, fornecer um ambiente facilitador, ou seja, momentos em que questões não diretamente relacionadas com a aprendizagem formal, como disciplinas específicas, poderão ser trabalhadas e discutidas por

eles, visando o bem-estar dos alunos e da turma e, conseqüentemente, melhor qualidade na aprendizagem.

Ao trabalhar com a inclusão, o psicólogo deve estar atento aos valores que nortearão sua atuação para que o uso dos jogos cooperativos não se restrinja apenas na aplicação de uma técnica grupal. Gomes (2009, p. 417) destaca que “a prática dos profissionais da educação tem de ser entendida em patamares mais profundos, no campo da ação humana, baseada no sistema de valores que abraçam e que inspiram sua ação e seu pensamento”.

Os jogos cooperativos se tornam uma ferramenta eficaz para o trabalho do psicólogo, principalmente no contexto de inclusão escolar, pois este profissional irá trabalhar como um “agente de mudanças” voltado basicamente para a constituição de grupos reflexivos, de forma que os alunos percebam a importância do outro em suas relações cotidianas, na relação aluno-aluno e professor-aluno.

Uma das melhores maneiras de despertar o interesse de uma criança é a partir de jogos. A criança, com toda a sua imaginação e criatividade, é capaz de se deslumbrar com o momento da brincadeira. Porém até neste momento pode haver exclusão, dor e sofrimento, pois as habilidades das crianças são diversificadas, sendo preciso um olhar cuidador para com os grupos, que também é social. O mundo trabalha muito a competitividade desde a infância, o que está presente nos convívios familiares e nos jogos e brincadeiras. Mas é possível alcançar muitos ganhos ao transformar os jogos competitivos em jogos cooperativos.

“O que importa é que o jogo proporcione um contexto estimulador da atividade mental da criança e de sua capacidade de cooperação, seja ele jogado ou não de acordo com regras previamente determinadas”. (KAMII; DEVRIES, 1991, p. 12)

De acordo com Soler (2008 apud PEDROSO; SILVA; MILLEN NETO, 2008, p. 10):

Os Jogos Cooperativos sempre existiram, consciente ou inconscientemente. A competição ganhou ênfase na sociedade moderna quando a riqueza passou a ser controlada apenas por alguns e estes tinham poder sobre os outros. Ainda segundo este autor, na organização social anterior ao surgimento da distribuição do poder, os homens eram eminentemente cooperativos, dividiam mais e não existia quem fosse mais ou menos importante. Talvez os argumentos de Soler sejam por demais romantizados, mas o fato é que há culturas que lidam com a questão da competição e da cooperação de modo diferente ao da sociedade capitalista.

Barreto (2000 apud SOLER, 2007) afirma que os jogos cooperativos são dinâmicas de grupo com o objetivo de despertar a consciência de cooperação e promover efetivamente a cooperação entre as pessoas, sendo que os próprios jogos são experiências cooperativas. Seu objetivo maior, de acordo com Soler (2007, p. 12), “é a participação de todos por uma meta

comum. A agressão física é totalmente eliminada, cada participante estabelece seu próprio ritmo, todos se enxergam como importantes e necessários dentro do grupo. Aumentando a confiança e autoestima”.

Os jogos cooperativos podem levar uma criança a se despertar quanto às necessidades do colega ao lado, pois perceberá que jogando e cooperando foi possível se enriquecer muito mais. Assim, o psicólogo, inserido neste contexto, poderá conduzir as crianças a pensarem nas dificuldades que o colega apresenta e a transferir a técnica do jogo também para o aprendizado, ou seja, auxiliando seus colegas nas atividades de classe sem excluí-lo. Esta transformação é um processo difícil, pois as crianças vêm para a escola com características aprendidas e vivenciadas em sua própria casa. É por isso que este processo de inclusão deve envolver famílias, escolas, organizações, parcerias com a comunidade e com governos.

Os jogos cooperativos favorecem também a inclusão de crianças portadoras de deficiências, pois, de acordo com Soler (2007, p. 13-14):

Favorecem algumas atitudes essenciais para o exercício da convivência, pois evitam situações de exclusão; diminuem as chances de experiências negativas; favorecem o desenvolvimento das habilidades motoras e capacidades físicas (universo psicomotor) de forma prazerosa; estimula um clima de alegria e descontração; promove o respeito e a valorização pelo diferente e ensina para além das regras e estruturas do jogo.

Conforme Turner (1984 apud MELO, 2009), os alunos portadores de deficiências não se sentem pertencentes ao grupo apenas pela proximidade. É necessário ainda que haja uma identificação com este grupo, percebendo-se como semelhante e possibilitando assim a diminuição do preconceito e o aumento da autoestima.

Quando as crianças percebem que não há competição, as mesmas são estimuladas a espontaneidade de imitar o real, ou seja, o contexto de cooperação, de forma que usam a imaginação simbólica e assim passam a aprender, estimulando a inteligência e a própria vontade de investigar a brincadeira que é algo natural. Ou seja, o jogo efetivo e sem pressão favorece o aprendizado e ainda a socialização e integração.

MÉTODO

A pesquisa foi realizada a partir da análise do diário de campo dos encontros semanais realizados durante o desenvolvimento do estágio e que se encontram no Relatório do Estágio de Psicologia Escolar e Social Comunitária (REPESC).

O relatório pesquisado refere-se a uma experiência de Estágio de Psicologia Escolar e Social Comunitária realizado durante o segundo semestre de 2009 com um grupo de crianças da segunda série de uma Escola Pública de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. As estagiárias procuraram a escola para realizar o Estágio e durante o período de observação chegaram à referida turma através da diretora quando apresentava a demanda da escola.

Conforme dados colhidos no relatório, a sala de aula conta com 19 alunos, sendo que, destes, três são alunas de inclusão, portadoras de necessidades especiais. A faixa etária dos alunos está entre sete e oito anos de idade. A fim de manter o sigilo e a privacidade dos alunos em questão, a identificação dos mesmos será por uma letra. Entre as alunas de inclusão escolar, está a aluna AC que é portadora de Síndrome de Down, a L1 com Retardo Mental e a L2 que possui uma Síndrome rara chamada Ablepharon Macrostomia.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de origem dos autores, respeitando eticamente todas as exigências da Resolução CNS 196/96, conforme protocolo nº 0071/10.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início dos encontros, que tinham o objetivo de conhecer a turma e possibilitar a integração entre eles e com as estagiárias, foi possível observar a dificuldade de alguns alunos em interagir com as alunas de inclusão escolar. Durante as primeiras atividades, evitavam ficar próximos ou brincar com as mesmas, como consta nos fragmentos dos diários de campos apresentados a seguir:

O aluno G chamou nossa atenção, mostrando-se incomodado quando falamos para ele brincar com a aluna L2 ou com a aluna AC. Percebemos que ele não se sente à vontade com elas, evitando-as (REPESC, Encontro 03, 16/09/2009).

[...] percebemos uma resistência de alguns alunos que estavam ao lado de uma das crianças de inclusão (aluna L2), recusavam-se a pegar a bexiga que vinha da mesma, e uma das crianças (aluna AP) saiu do círculo, não quis brincar (REPESC, Encontro 04, 23/09/2009).

Ao término da dinâmica, perguntamos a eles o que eles acharam da brincadeira [...] AP, a aluna que não quis receber a bexiga que vinha da aluna L2, disse que não gostou e até emburrou e parou de brincar (REPESC, Encontro 04, 23/09/2009).

Gonzalez apud Gomes (2009, p. 420) escreveu que “concepções mais complexas do desenvolvimento humano tornam-se consonantes ao processo de inclusão escolar ao propiciar compreensões mais efetivas das realidades vividas pelos agentes humanos”, em suas construções e constituições sociais. Assim, como foi citado nos fragmentos anteriores, ao lidar com a inclusão, o psicólogo precisa estar atento aos processos de exclusão explícitos e implícitos nas relações escolares.

Por meio dos jogos, brincadeiras e discussões propostas pelas estagiárias, foi possível perceber que, no decorrer dos encontros, as dificuldades iniciais de interação cederam lugar a uma nova convivência, ou seja, os alunos que tinham dificuldades de integrar com as alunas de inclusão começaram a aceitá-las com mais naturalidade, inclusive acolhendo-as nos jogos em que era preciso o contato direto, como pode ser observado nos exemplos citados dos diários de campo.

No sétimo encontro foi proposto o jogo Dança com os balões. Aos pares eles tinham que dançar com uma bexiga amarrada ao pé sem deixar estourá-la, porém o espaço para dançar era diminuído a cada mudança da música.

Um fato que nos chamou muita atenção foi que o aluno G, que no início dos encontros vinha evitando as alunas de inclusão escolar, não apresentou nenhuma resistência em aceitar a aluna AC como parceira, e dançou com ela até o final da brincadeira sem soltarem suas mãos. Foi lindo de ver (REPESC, Encontro 07, 21/10/2009).

Outro contexto que evidenciou a integração de todos os alunos foi o desenvolvimento do jogo a Dança da Cadeira Cooperativa, em que se eliminava uma cadeira a cada rodada, mas não saía nenhuma criança do grupo. Para isso, o grupo tinha que se organizar para incluir todos nas cadeiras que restavam.

Em nenhum momento as alunas de inclusão escolar ficaram de fora da brincadeira, ao contrário, os alunos, inclusive o aluno G, oferecia o colo, o cantinho da cadeira para que elas pudessem se sentar (REPESC, Encontro 08, 28/10/2009).

Como no exemplo citado, o jogo cooperativo torna-se um grande aliado no processo de socialização de crianças de inclusão, pois, segundo Soler (2007, p. 11), “facilita a aproximação e a aceitação, no qual a ajuda entre os membros da equipe torna-se essencial para se alcançar o objetivo final.” Durante a realização dos jogos cooperativos, a aproximação entre os membros do grupo e o esclarecimento sobre vencer em equipe eram colocados para os alunos de acordo com a proposta de Brotto (2001 apud SOLER, 2007, p. 15):

Nestes jogos, chamados cooperativos, é importante deixar claro para todos os participantes que não há seleção dos melhores porque cada um é vital para o jogo do momento; não há primeiro nem último lugar porque o lugar que ocupamos é nosso lugar comum; não há vencedores nem perdedores porque jogamos para “VenSer”, para vir a Ser quem somos plena e essencialmente; não há adversários porque somos todos parceiros de uma mesma jornada. E ainda que não há troféus, medalhas ou outras recompensas porque já ganhamos tudo o que precisávamos ter, para saber que a verdadeira conquista é poder continuar jogando uns com os outros, ao invés de uns contra os outros.

Ao contrário dos jogos cooperativos, Teixeira (2010) escreveu que o jogo competitivo faz com que alguns se sintam perdedores ou excluídos por falta de habilidade, estimula a desconfiança, egoísmo, individualismo, criando barreiras entre as pessoas. Neste tipo de jogo, os perdedores saem e observam, reforçando sentimentos de depreciação, rejeição, incapacidade e inferioridade, fortalecendo, ainda, o desejo de desistir frente às dificuldades, fatores que intensificam ainda mais a exclusão.

“No jogo cooperativo, aprende-se a considerar o outro que joga como um parceiro, um solidário, e não mais como o temível adversário. A pessoa quando joga aprende a se colocar no lugar do outro, priorizando sempre os interesses coletivos” (SOLER, 2007, p. 12).

Quando foram realizadas as primeiras atividades com jogos cooperativos, os alunos questionavam acerca do vencedor, buscando saber como deveriam fazer para ganhar e ser o melhor individualmente. Aos poucos foram compreendendo que nesta modalidade de jogo o grupo todo ganha e nunca haverá um único vencedor, pois o importante é que o grupo alcance junto os objetivos do jogo.

Nesse sentido, Teixeira (2010) afirma que se o Jogo Cooperativo está sendo utilizado como ferramenta de transformação e quebra de paradigmas é importante que quem o foca esteja sim muito envolvido com esse valor. A cada encontro, os alunos foram quebrando os paradigmas que tinham sobre os jogos, brincadeiras, dinâmicas e compreendendo a nova proposta de estar em grupo sem competição e de forma mais cooperativa.

Alguns alunos nos perguntaram quem seria o campeão, e explicamos que se tratava de um jogo cooperativo, no qual o grupo todo seria campeão desde que não deixassem que as bexigas estourassem, prestando atenção na bexiga do outro e cuidando da sua. Além disso, deveriam ajudar o amigo quando os barbantes se enrolassem uns nos outros. (REPESC, Encontro 07, 21/10/2009)

A intervenção do psicólogo com grupos em instituições escolares precisa abranger a sala de aula como um todo e esclarecer a proposta dos jogos cooperativos. Envolver os alunos na atividade foi importante para o retorno do trabalho realizado.

[...] sempre destacávamos a idéia que a classe só seria campeã se todos participassem e ajudassem o colega a se interagir [...] esta dinâmica foi rica em comentários, pois os estimulamos a colocarem a necessidade de ajudar o próximo no dia-a-dia. [...] refletindo sobre a necessidade de se colocarem no lugar do outro. E foi incrível o retorno dos alunos (REPESC, Encontro 05, 30/09/2009).

Ao final da dinâmica, perguntamos se eles gostaram, os mesmos se mostraram animados dizendo que adoraram e, como disse uma aluna, “brincar assim é mais divertido, pois ninguém perde e dá para aproveitar a música” (REPESC, Encontro 08, 28/10/2009).

Os jogos cooperativos desenvolvidos com esta turma aproximaram os alunos que em grupo passaram a ter um objetivo comum durante as atividades, a cooperação uns com os outros sem excluir ninguém, o que possibilitou a todos se sentirem ganhadores e se envolverem de acordo com as habilidades de cada um, o que desenvolveu nos jogadores os conceitos de autoestima e autoaceitação:

As três alunas de inclusão se saíram muito bem nas duas dinâmicas, percebemos que as brincadeiras trazem liberdade de expressão para as mesmas e uma grande colaboração de seus amigos para incluí-las, visto que, toda a turma se preocupa com as mesmas. (REPESC, Encontro 08, 28/10/2009)

Por meio dos relatos dos alunos, da professora e das estagiárias, observados em alguns fragmentos do REPESC, foi possível verificar ainda um retorno proveniente da atuação do psicólogo no processo de socialização e integração, corroborando sua importância neste contexto.

Tivemos um ótimo feedback, pois os alunos disseram que aprenderam a respeitar e ajudar os outros, pois não sabiam quando eles também iriam precisar. Disseram também que as brincadeiras que não tem campeão são

mais divertidas, assim não precisavam se preocupar em ganhar, ao contrário, só se divertir. (REPESC, Encontro 09, 04/11/2009)

A professora disse que gostou muito do trabalho que desenvolvemos com as alunas da inclusão, pois brincaram sem se sentirem diferentes e, além disso, despertamos os outros alunos a tratarem elas com carinho e respeito, sem fazer diferença. Disse que adorou a participação de seus alunos e eles ficaram todos contentes. (REPESC, Encontro 09, 04/11/2009)

Para finalizar, remetemo-nos a Forest (1997 apud NASSAR, 2009, p. 114), que escreve que “a inclusão é aprender a viver com o outro, significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança. Significa estar com o outro e cuidar uns dos outros,” experiências estas vivenciadas por esta turma durante o trabalho desenvolvido com jogos cooperativos em grupos.

CONCLUSÃO

Constatamos que o fato de ter alunos de inclusão dentro de uma sala de aula não significa que estes estão incluídos, pois podem estar dentro de uma sala de ensino regular, mas serem excluídos perante as atitudes de seus próprios colegas.

Os jogos cooperativos foram uma ferramenta eficaz neste processo de socialização da criança com deficiência no contexto escolar, visto que tem como premissa básica evitar a exclusão e constituir a cooperação, despertando nas crianças envolvidas o respeito e aceitação da diversidade. Consideramos ainda o papel preponderante do psicólogo junto à escola inclusiva por meio de ações que possam estabelecer e trabalhar a convivência com as diferenças, ajudando as crianças a desenvolverem a autoestima, cooperação, respeito, aceitação, companheirismo, aprendizado, sem o temor da exclusão.

A atuação do psicólogo nesse processo de socialização se dá através da escuta, acolhimento das demandas, tanto individuais quanto do grupo, propiciando um ambiente facilitador para questões não somente de aprendizagem, mas também de questões pessoais e específicas de cada aluno. Com essa ajuda, os educadores também se sentirão acolhidos, pois terão apoio e um novo olhar sobre suas dificuldades. Alunos e educadores bem acolhidos e incluídos visarão o bem-estar de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. **Revista jogos cooperativos**: a importância da revista jogos cooperativos para as escolas. Disponível em: <http://www.jogoscooperativos.com.br/Revista_na_Escola.htm>. Acesso em: 08 jul. 2010.

BORGES, K. R. **Importância do espaço da Psicologia na escola**. Disponível em: <<http://ensino.univates.br/~4iberoamericano/trabalhos/trabalho094.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2010.

EMÍLIO, S. A. **Grupo e inclusão escolar**: sobre laços, amarras e nós. São Paulo: Paulus, 2008.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **O papel da Universidade frente às Políticas Públicas para Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/papel_univer.pdf>. Acesso em: 22 set. 2010.

JESUS, S. N.; MARTIN, M. H. **Práticas educativas para a construção de uma escola inclusiva**. Disponível em: <<http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=10149>>. Acesso em: 07 set. 2010.

KAMII, C.; DEVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil**: implicações da teoria de Piaget. Tradução de Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

MELO, C. **Inclusão escolar e deficiência mental**: análise da interação social entre companheiros. Disponível em: <<http://www.psicologado.com/site/artigos/resenhas/inclusao-escolar-e-deficiencia-mental-analise-da-interacao-social-entre-companheiros>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

NASSAR, R. H. C. **Inclusão ao contrário**. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Educação inclusiva**: experiências profissionais em Psicologia. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 7 e 10 de junho de 1994.

PEDROSO, A. R.; SILVA, J. F.; MILLEN NETO, A. R. **Jogos cooperativos na escola**: possibilidades de inclusão nos currículos da Educação Física. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd127/jogos-cooperativos-na-escola-inclusao-nos-curriculos-da-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 07 set. 2010.

SOLER, R. **Jogos cooperativos**. Disponível em: <http://api.ning.com/files/B6rZm9oOrGtF*srCHFI-SGly5hwSwS1bBjJIXICqTukfw8ukEMmFmOJZUgUO89xgcjkG8n5Dul28JDGgkiUuqgvSMUGRIWh3/APOSTILAJOGOSCOOPERATIVOSUberlndia2007.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2010.

TEIXEIRA, M. **Entendendo os jogos**. Disponível em: <http://www.jogoscooperativos.com.br/entendendo_os_jogos.htm>. Acesso em: 24 set. 2010.

TESSARO, N. S. et. al. **Inclusão escolar**: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100010&lng=pt&nrm=>>. Acesso em: 07 set. 2010.

Endereço para correspondência

Cláudia Alexandra Bolela Silveira
E-mail: claudiabolela@hotmail.com

Recebido em 11/07/2011.
1ª Revisão em 17/07/2011.
Aceite final em 20/07/2011.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Franca.

² Graduanda em Psicologia pela Universidade de Franca.

³ Graduada em Psicologia e em Pedagogia pela Universidade de Franca. Mestre em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca. Especialista em Psicoterapia Analítica de Grupo pela Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo – SPAGESP. Docente da Universidade de Franca. E-mail: claudiabolela@hotmail.com.